



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 04/2017

Da reunião pública extraordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 16 de fevereiro de 2017

----- Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **PROPOSTA N.º 57/2017 – INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1

P

1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o inventário dos bens do município e ainda os documentos de prestação de contas do Ano Económico de 2016; -----
 2. Submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro os referidos documentos para apreciação e votação; -----
 3. Submeter ainda, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 358.070,19 € (trezentos e cinquenta e oito mil e setenta euros): -----
 - a) 5% daquele valor 17.903,51 € (dezassete mil novecentos e três euros e cinquenta e um cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL, e; -----
 - b) os remanescentes 340.166,68 € (trezentos e quarenta mil cento e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos), para a conta de Resultados Transitados, nos termos previstos no ponto 2.7.3.2 do POCAL. -----
- O presidente da câmara tomou da palavra para apresentar a proposta tecendo o seguinte discurso: -----
- *“As Grandes Opções do Plano (GOP) e proposta de Orçamento para 2016, aprovadas pelos órgãos executivo e deliberativo do Município de Alcoutim a 30/10/2015 e a 22/12/2015, respetivamente, assim como as subseqüentes modificações orçamentais, enquadram-se numa estratégia de gestão municipal que, desde a tomada de posse deste Executivo, em outubro de 2013, tem como princípios basilares: -----*
- *Gerir os recursos públicos respeitando os princípios da estabilidade orçamental, da responsabilidade, da transparência, da equidade e da solidariedade; -----*
- *Contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, primordialmente, através da concretização de medidas eficazes, na promoção da empregabilidade, da saúde, da educação e do combate à exclusão social; ---*


2

----- Operacionalizar uma política de desenvolvimento do Concelho, responsável, integrada, e perene, alicerçada na sustentabilidade do território e na potencialização dos recursos; -----

----- Promover uma dinâmica assertiva e profícua com, e entre, as diversas entidades, locais, regionais e nacionais, de modo a congregar esforços, para a consecução de metas comuns; -----

----- Promover a cidadania informada, ativa e responsável. -----

----- Neste sentido, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, delineados tendo como principais metas a melhoria das condições de vida dos Alcoutenejos, e o desenvolvimento sustentável do território, corporizaram instrumentos eficazes ao serviço de uma maior coesão social e económica, permitindo responder assertivamente, aos desafios que a sociedade atual, cada vez mais moderna, competitiva e inovadora, coloca a um concelho de baixa densidade do interior algarvio -----

----- Contudo, e apesar dos condicionalismos impostos externa e internamente, e mantendo o equilíbrio financeiro da autarquia, o ano de 2016 representou um ano de consolidação no que se refere à concretização do plano de ação constituído por um conjunto de iniciativas que visam contrariar a visão catastrofista associada aos territórios do interior e que paulatinamente começa a dar os seus frutos. -----

----- Alcoutim, fruto de uma gestão transparente, realista, rigorosa, centrada nas pessoas, e nas potencialidades e desafios do território, é hoje um concelho mais moderno, capaz de otimizar os seus recursos, com uma maior justiça social, com um investimento contínuo no que se refere à saúde e à educação, com melhores infraestruturas, com mais emprego, e com uma maior e mais eclética dinâmica cultural. -----

----- De forma a clarificar alguns aspetos relacionados com a ação municipal durante o ano de 2016, importa sublinhar que: -----

----- Em 2016 o Lar de Martim Longo, hoje designado de Lar Nossa Senhora da Conceição entrou em funcionamento, uma obra de cerca de 1,3 milhões de euros totalmente paga com fundos da autarquia. Uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, onde 80 % das vagas, ou seja, 29 das 37 existentes, o que corresponde ao limite máximo definido em casos similares, são comparticipadas

pela Segurança Social, o que permite o acesso a membros de famílias mais carenciadas, aos serviços disponibilizados pelo referido equipamento, assegurando desta forma a concretização de uma maior justiça social. Paralelamente a entrada em funcionamento deste equipamento veio criar mais de duas dezenas de postos de trabalho, permitindo contribuir para o combate ao despovoamento através da criação de postos de trabalho, os quais representam um incentivo à fixação de pessoas no concelho. -----

----- No âmbito da definição de uma política municipal de habitação alicerçada em normativos de natureza regulamentar que permitam uma maior equidade e eficiência na gestão do património habitacional municipal, e com o objetivo de resolver problemas habitacionais, através da promoção de políticas sociais orientadas para a valorização das condições de vida e para a melhoria da qualidade habitacional das populações, apoiando assim os seus cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade e carência, foi aprovado e entrou em vigor o Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Social. Esta iniciativa regulamentar enquadra-se num Plano de Ação mais amplo e que prevê ainda a construção de um loteamento urbano em Martim Longo e a ampliação do parque destinado à habitação social, em Alcoutim. -----

----- No âmbito da criação de instrumentos que visam facilitar a legalização das edificações que integram o território concelhio, entrou em vigor, em janeiro de 2016, o Regulamento de Edificações Preexistentes e Legalizações do Município de Alcoutim, um regime específico para as legalizações no sentido de flexibilizar procedimentos, tornando mais justo um procedimento que onerava demasiado este tipo de intervenção. -----

----- A concretização do processo de arrendamento, em 2016, da antiga “Estalagem do Guadiana”, após um longo período de encerramento, representará, em breve, um reforço quantitativo e qualitativo no conjunto dos equipamentos turísticos disponíveis e, simultaneamente, um acréscimo ao nível da criação de emprego nesta área. -----

----- A crescente dinâmica e aumento de público fruto da aposta na consolidação de eventos como as “Festas de Alcoutim” o “Festival de Caminhadas”, e a “Feira da Perdiz”, mostram que o concelho de Alcoutim está

4



R

no caminho certo no que se refere à otimização da sua capacidade de atração de novos públicos.-----

-----A criação e implementação do Programa “Alcoutim Com Vida”, com reforço alargado, diversificado e abrangente, teve como principal objetivo promover iniciativas de cariz cultural por todo o concelho, através de um cartaz capaz de agradar a múltiplos públicos e que, de forma gratuita, contribui para aproximar a cultura dos cidadãos, como elemento imprescindível na construção da identidade das populações.-----

-----Fruto da preocupação com as questões da desertificação foram levadas a cabo as Jornadas do Mundo Rural, que tiveram por base a ideia de juntar parceiros, entidades e personalidades, em torno dos problemas da desertificação e que objetivavam numa reflexão conjunta, sobre o processo e as soluções. Consequência do trabalho desenvolvido neste seminário, nasceram duas candidaturas à bolsa de iniciativa de Grupos Operacionais, as quais pretendem desenvolver, no terreno, soluções que visem otimizar, tratar, valorizar e dar sustentabilidade a duas áreas que, unanimemente, foram indicadas como prioritárias para o concelho: a floresta e a caça. Esta iniciativa contribui ainda para uma afirmação da estratégia de abordagem às questões da baixa densidade, dando visibilidade a esta realidade, com o envolvimento ao mais alto nível, das entidades com responsabilidades nesta matéria.-----

----- Com o objetivo de apoiar a comunidade rural, a 10 de novembro de 2016, foi inaugurado o Gabinete de Apoio ao Mundo Rural, resultado de um protocolo entre o Município de Alcoutim e a Associação Cumeadas. A criação do gabinete permite o acesso a diversos serviços: parcelário, consultoria, formação à medida, serviços operacionais, silvicultura preventiva, elaboração de projetos, aconselhamento técnico e acompanhamento personalizado. Incentivar o investimento nas áreas de atividade do setor e dotar os seus agentes de conhecimento técnico são os objetivos do Gabinete de Apoio ao Mundo Rural. A prestação deste serviço, representa um incentivo ao empreendedorismo e terá um papel importante no acesso ao conhecimento, à formação e aos instrumentos de financiamento para o desenvolvimento rural.-----

----- No dia 7 de outubro de 2016, teve início, em Alcoutim, o Mestrado em Gestão Sustentável dos Espaços Rurais, resultante de uma parceria entre o

Município de Alcoutim e a Universidade do Algarve. O curso tem como objetivo formar especialistas nesta área do conhecimento, com perfil adequado para a intervenção em desenvolvimento e planeamento regional, desenvolvimento rural e em toda a área de gestão do espaço em meio rural, numa perspetiva global da sustentabilidade dos recursos económicos. Esta iniciativa tem como principal intuito capacitar os agentes locais para a ação territorial sustentável, dotando-os dos instrumentos que lhes permitam pensar e agir sobre o território tendo a plena consciência das suas problemáticas e das suas potencialidades.-----

-----A melhoria da qualidade do abastecimento de água para consumo humano é fundamental para as populações e é uma prioridade para o Município. Ao longo de 2016 deu-se continuidade ao desenvolvimento de ações diversas, e usando a solução de ETA instalámos um equipamento no Barroso, elevando para oito o número de localidades que já estão a ser servidas por esta solução, proporcionando água qualidade aos munícipes.-----

-----A melhoria da rede viária concelhia é uma importante forma de facilitar a deslocação de pessoas e bens, promovendo deste modo a mobilidade em condições de segurança, e, entre outros aspetos, a maior acessibilidade a bens e serviços. Neste sentido, e em várias localidades do concelho, foram desenvolvidas diversas ações neste âmbito.-----

-----Tendo em atenção o conceito de salvaguarda ativa, urge desenvolver um trabalho sistemático de levantamento, recolha e divulgação/promoção do Património Cultural Imaterial (PCI) do Concelho de Alcoutim, tendo para o efeito sido criado o Grupo de Trabalho PCI, constituído por funcionários da autarquia, membros ativos da comunidade e associações culturais e sociais do concelho, com o objetivo de recolher, salvaguardar e promover os elementos identitários caracterizam a população do concelho.-----

-----Em 2016, o Município de Alcoutim delegou na Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) competências em matéria de mobilidade e serviços públicos de transporte de passageiros. Esta medida teve como objetivo a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade intermunicipal, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos modos, meios dos recursos disponíveis, mediante uma gestão eficiente, eficaz, sustentável e socialmente útil

R

do serviço público de transporte de passageiros que servem os utentes no território da AMAL. -----

----- No ano de 2016, o Município de Alcoutim prescindiu da coleta de 5% em sede de IRS sobre os rendimentos auferidos pelos contribuintes individuais com domicílio fiscal no concelho, aplicou a taxa mínima de IMI e a redução máxima prevista na lei da taxa do IMI de acordo com o número de dependentes. No que concerne à aplicação do coeficiente familiar, os benefícios fiscais traduzem-se numa redução da taxa de IMI a aplicar ao prédio urbano destinado à habitação própria e permanente do sujeito passivo, de acordo com o número de elementos que compõem o agregado familiar. Estas medidas, apesar de se traduzirem numa diminuição das receitas municipais, obrigando a um esforço adicional da autarquia, constituem mais um incentivo à atração de novos residentes e à fixação de famílias no concelho, contribuindo desta forma para o combate ao despovoamento. -----

----- Resultado destas e de outras iniciativas que, cumulativamente, resultam na aposta do município numa estratégia de ação centrada nas pessoas e para as pessoas, assente na relação de proximidade com as famílias e na concretização de respostas eficazes para as suas problemáticas, o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis distinguiu no passado dia 7 de dezembro, em Coimbra, a autarquia de Alcoutim, como "Autarquia + Familiarmente Responsável". Esta distinção, visa galardoar e divulgar as melhores práticas em matéria de responsabilidade familiar, reflexo de políticas responsáveis que promovem a sustentabilidade da sociedade e asseguram um futuro melhor. ---- .

----- Ainda no que concerne à gestão global do Município, e à preocupação deste executivo em desenvolver e implementar instrumentos de informação permanente e clara dos cidadãos, aproximando-os das políticas implementadas, o Município alcançou o 2º lugar a nível regional da tabela do Índice de Transparência Municipal e o 24º lugar a relativo a 2016, no ano em que se atingiu 100% no que se refere à TRÂNSPARENCIA ECONÓMICO-FINANCEIRA. O Índice de Transparência Municipal (ITM) elaborado pela Transparência e Integridade, Associação Cívica representante portuguesa da ONG anticorrupção Transparency International, mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos

7 

R

cidadãos nos seus web sites. O ITM é composto por 76 indicadores agrupados em sete dimensões. -----

----- O esforço da Câmara Municipal de Alcoutim em reforçar e consolidar a proximidade e confiança dos seus Municípios e cidadãos em geral, empresas e instituições, é reconhecido pela sua posição no ranking do ITM, e revela a visão estratégica do município na utilização dos instrumentos de comunicação digital enquanto instrumentos de transparência da sua atuação. -----

----- Também a matriz do presente Relatório de Gestão, assim como o conteúdo dos diversos pontos que o compõem, pretende refletir de forma clara a síntese do exercício referente ao ano de 2016, o qual se pautou pelo respeito pelos princípios orçamentais, contabilísticos, pelas regras previsionais, e pelas demais exigências resultantes do quadro normativo em vigor. -----

----- O vereador José Pereira solicitou a palavra para referir que apesar de se verificar um grau de execução orçamental elevado, conforme legalmente imposto e de se tratar um documento bem apresentado que contém alguns mapas mas verifica-se ainda a falta de alguns que julga necessários para análise, o mesmo não traduz uma boa execução orçamental porque no decorrer da execução do orçamento durante o ano de 2016, verificou-se uma grande derrapagem face ao orçamento inicial com um aumento das despesas correntes e diminuição significativa das despesas de capital, que se cifrou em setecentos e cinquenta mil euros, considerando ainda que o investimento “é muito pouco para quem tem uma política de desenvolvimento económica do concelho”. -----

----- Continuou a sua intervenção, fazendo comparações do ano em análise com os anos anteriores, quer em termos de execução quer em termos de valores absolutos, concluindo que as despesas correntes estão a subir de forma preocupante, entendendo que o mesmo deveria ser aplicado em investimento. --

----- Registou ainda o número excessivo de modificações orçamentais (19 alterações e 2 revisões orçamentais), fazendo com que o orçamento inicialmente aprovado não correspondesse ao executado e que as obras que se consideraram importantes e expressas em PPI avertissem fraca execução, como são os casos da segunda fase da Avenina, os dois Hangares na Zona Industrial e a ETAR nos Montes do Rio. -----

8

----- Concluiu para reforçar e registar a diminuição das receitas e das despesas de capital, com um investimento por habitante de trezentos e vinte e oito euros, sendo este o menor de sempre, que está a verificar-se despesismo e falta de controlo em algumas rubricas, que não se regista estratégica e visão por parte do executivo permanente, que em termos futuros pode estar em causa a qualidade de vida e bem-estar dos munícipes e que o exercício de 2016 em relação a 2015 ficou “*muito aquém*” do que foi projetado. -----

----- O vereador José Galrito solicitou a palavra para explicar que a falta de execução das condutas deveu-se ao fato de surgir uma “*janela de oportunidades*” para que as mesmas obtivessem financiamento levando ao adiamento da execução das mesmas. -----

----- O Vereador José Pereira retorquiu as afirmações do Vereador José Galrito visto que as obras que estavam inscritas em PPI previam que a sua execução seria executada com fundos próprios da Autarquia, solicitando assim explicações se o financiamento para as mesmas já se encontrava garantido. -----

----- O Vereador Paulo Paulino interveio para referir que foi apresentada candidatura e que a mesma foi chumbada, contudo foi solicitado parecer à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que por sua vez remeteu para CCDR Algarve e esta indefere a construção da ETAR no local previamente previsto e que à data está-se a proceder a sua recolocação, através de uma alteração do Plano Diretor Municipal (PDM). Concluiu para referir que para além desta obra específica, a justificação apresentada é transversal para as outras, isto é, da possibilidade se conseguir financiamento para realização dos restantes projetos através de candidaturas que só agora se podem concretizar. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou aprovar a referida proposta, por maioria, com (2) dois votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, que apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- “*A prestação de contas tem como objetivo principal, dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, da execução do orçamento e do resultado económico e patrimonial da entidade que presta contas. Afirmamos na análise e votação do orçamento e grandes opções do plano para 2016, que não víamos refletida uma estratégia política de desenvolvimento continuada, seguida em anos anteriores e que era o mais baixo orçamento dos últimos anos em*

R

Alcoutim. Dissemos que a despesa era praticamente consumida pela gestão corrente e existia uma ausência de investimento em obras que se revelavam prioritárias, destacando-se apenas, a ETAR dos Montes do Rio, a 2.ª fase da avenida de Martim longo e a construção de dois hangares na zona industrial, tudo obras que transitavam de 2015. Se no que diz respeito à receita, podemos concluir que foi realizado 96%, mas arrecadado menos 270.000 em receitas de capital e correntes. Em relação ao previsto em orçamento, no que toca à despesa, apesar da mesma apresentar um grau de concretização de 84%, isso não reflete o que estava projetado, em termos de investimento e iniciativas no orçamento e nas grandes opções do plano. Em termos de despesa corrente, verificamos uma execução orçamental de 93%, estando orçado a verba de 5.827.327 € e sendo gasto 5.975.507 €, mais 148.180 € do que estava estimado. Já no que toca à despesa de capital, verificamos com desagrado uma execução de 55% e que a despesa realizada também não reflete o que foi aprovado em orçamento, estando orçado 1.948.562 € e sendo despendido 1.199.073€, menos 749.489 €. Constata-se que da verba de 1.733.225 € prevista realizar em investimento, apenas realizaram 820.000 €, ou seja, apenas 47% do previsto. De destacar que, obras que consideravam como prioritárias no orçamento, como, a ETAR dos montes do rio e os hangares no loteamento, não foi realizada qualquer verba. A falta de estratégia política de desenvolvimento desta governação e a ausência de investimentos em áreas tão importantes, confirma-se com os documentos apresentados na execução anual do plano de investimentos, anexo à prestação de contas, em termos de percentagem de nível de execução orçamental, se não vejamos: Na rubrica Proteção civil 0%, em ensino não superior 66%, em serviços individuais de saúde 0%, ação social 58%, ordenamento do território, projetos, loteamentos urbanos 22%, saneamento 0%, abastecimento de água 46%, proteção do meio ambiente e conservação da natureza 18%, cultura 79%, desporto, recreio e lazer 43%, agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca 0%, indústria e energia 22%, transporte rodoviários 65%. Senhor Presidente é muito pouco para quem dizia que estava a implementar uma política de desenvolvimento económico no Concelho, com vista à criação de emprego e combate à desertificação. Podemos assim concluir, que apresentaram-nos para 2016, um mau orçamento, nada verdadeiro e


10

R

realista, como o Senhor Presidente tanto nos afirmou e como se confirma com a prestação de contas. Apresentaram-nos um orçamento que ao longo do ano sofreu 19 alterações e 2 revisões orçamentais e um PPI que em termos de grandes opções do plano sofreu 19 alterações e 2 revisões orçamentais. Um orçamento onde se verificou que, obras que estabeleceram como prioritárias não avançaram e rubricas que apresentam enormes derrapagens financeiras em relação ao previsto. Um grau de execução de despesa de 84% não é sinónimo de uma boa execução orçamental, uma vez que essa despesa efetuada não corresponde ao que foi projetado em orçamento. O Município tem vindo a perder receitas arrecadadas. De 2015 para 2016, as despesas correntes registam um aumento de 195.000 € e uma diminuição de 1.000.000 € de despesas de capital, se compararmos com 2013, verifica-se que as despesas correntes, com esta governação, aumentaram 800.000 € e as despesas de capital reduziram em investimento 2.400.000 €. O investimento por habitante registou apenas 328 €, e por Km² 1.438 €. Estes indicadores deixam-nos preocupados e apreensivos quanto ao futuro. Considerando que estivemos perante um despesismo sem controlo e sem respeitar minimamente o que foi aprovado no orçamento e nas grandes opções do plano; Considerando que se verifica uma governação sem visão, sem estratégia, e sem perspectivas de trazer esperança às pessoas com vista ao futuro; Considerando que em termos futuros podem estar em causa, a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos munícipes, votamos contra". –

----- PROPOSTA N.º 59/2017 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017:

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----I.

Aprovar, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano – 2017, e; -----

II. Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, delibere ainda, submeter a presente proposta e a deliberação que recair sobre a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

11


----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 60/2017 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017 – NOVOS INGRESSOS:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

Aprovar a 1.ª alteração ao mapa de pessoal para 2017 – novos ingressos, bem como que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei. -----

----- O Vereador José Pereira solicitou esclarecimentos sobre a necessidade na contratação de mais um engenheiro civil pelo que o Presidente, coadjuvado pelo Vereador Paulo Paulino esclareceram que para além das razões invocadas nos considerandos da proposta, trata-se uma licenciatura bastante transversal que poderá dar resposta em várias áreas de atuação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbana (DOPGU). -----

----- O vereador José Pereira demonstrou preocupação no que concerne a despesas correntes e em concreto com as despesas com pessoal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara extraordinária de 16 de fevereiro de 2017, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. --

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente



O Secretário



